

UM ENREDO TRÁGICO? UMA RESPOSTA PARA JAGGARD E PHILLIPS¹

Douglas Booth
Universidade de Otago
Dunedin, Nova Zelândia
doug.booth@otago.ac.nz

Resumo

Este artigo é uma resposta para Ed Jaggard e Murray Phillips no debate sobre o Salvamento no Mar. Essa conclusão pretende apontar algumas reflexões sobre as abordagens utilizadas por Jaggard e eu e defende que a abordagem de White não implica no abandono da história empírica, mas na necessidade de se adicionar novas formas de investigação à prática histórica.

Palavras-Chave: salvamento no mar; história do esporte; narrativa e história.

Abstract

A tragic plot? A reply to Jaggard and Phillips

This article is a reply to Ed Jaggard and Murray Phillips in the surf lifesaving debate. This conclusion aims at presenting some reflections on the approaches used by Jaggard and I and contends that White's approach does not mean the abandonment of empirical history, but it rather means adding new forms of investigation to historical practice.

Keywords: surf lifesaving; history of sport; narrative and history.

O trabalho de Ed Jaggard me forçou a pensar seriamente sobre o salvamento no mar e a ser muito mais diligente ao providenciar evidências para meus argumentos e afirmações. Certamente, sua resposta às minhas críticas acima irão ajudar a revisar e refinar ainda mais minha compreensão histórica sobre o salvamento no mar.

Meus questionamentos em relação ao envolvimento e participação feminina nos aspectos físicos do salvamento no mar anteriores a 1980 se basearam no tamanho inadequado

¹ Tradução inédita em português. Original em inglês publicado no *Journal of Sport History*, volume 29, número 1, 2002, p. 41-46. Traduzido com autorização do autor e do *JSH*. Com esta tradução, *Recorde* busca contribuir para a divulgação, em língua portuguesa, de artigos relevantes da produção acadêmica em inglês na área de História do Esporte.

da amostragem de Jaggard. Mantenho minha posição baseada nas evidências da época: três clubes na remota Austrália Ocidental pouco enfraquecem a visão crítica ortodoxa de que as mulheres serviram o salvamento no mar *prioritariamente* como trabalho doméstico e decorativo entre as décadas de 1920 e 1970. Ainda assim, quando tornei público esse questionamento, tive suspeitas de que Jaggard iria aumentar sua amostragem. E ele assim fez. Em sua resposta, Jaggard cita diversos exemplos de mulheres adeptas do salvamento no mar (salva-vidas) ativas na Austrália Ocidental, em Queensland e em New South Wales. E Jaggard faz uma observação muito pertinente que é tão importante quanto isso, que merece ser repetida: “Em muitos casos, as mulheres que participavam das competições de praia foram deliberadamente excluídas das histórias dos clubes”. Assim, reconheço que Jaggard prova sua posição: durante a primeira metade do século passado, as mulheres eram muito mais ativamente envolvidas no salvamento no mar em muitas partes da Austrália do que fora previamente reconhecido. De forma não menos significativa para nosso conhecimento histórico sobre a SLSA,² Jaggard fornece um quadro de análise mais forte para o exame da desigual distribuição geográfica da participação feminina ativa no salvamento no mar. Esse quadro se baseia na estrutura federalista da SLSA e nas tentativas de New South Wales de controlar toda a associação. O conhecimento que Jaggard nos passa, combinado a seu quadro analítico, abre uma plethora de novas questões para futuras pesquisas. Quem eram os delegados de New South Wales que se opunham à participação feminina ativa? Quais eram suas biografias? Era a oposição às mulheres em New South Wales unânime ou ditada por indivíduos específicos? Sob quais condições os delegados de New South Wales ditaram a política nacional sobre as mulheres em uma associação que era estruturada em federações?

A contribuição de Murray Phillips se estende muito além do debate sobre o Salvamento no Mar. Sua aplicação do modelo de Hayden White para interrogar e analisar um

² Surf Lifesaving Australia, a organização nacional australiana de salvamento no mar (Nota do Editor).

debate histórico específico é uma inovação na história do esporte. No mínimo extremo, Phillips introduz muitos historiadores do esporte a um trabalho que influenciou profundamente a disciplina de forma mais ampla, e especificamente a história intelectual e a filosofia da história. Até mesmo o crítico convicto Richard Evans, ao se referir à influência de White, reconhece que uma “consciência (...) dos elementos literários e de narrativa” na pesquisa e na narrativa histórica “não é uma coisa ruim” (EVANS, 1997, p. 126).³ Inicialmente, achei o caso de Phillips sedutor; sob maior atenção, não estou completamente convencido.⁴ Nesta resposta, gostaria de adereçar três questões: o modelo de White como um conjunto de tipos ideais de explicações; as origens precisas do debate sobre o salvamento no mar; e a natureza da prática histórica.

De forma mais ampla, concordo com a aplicação das categorias de White de tropo, enredo, argumento e ideologia, utilizadas por Phillips para o trabalho de Jaggard e o meu. Entretanto, acredito que as similaridades encontradas por Phillips na utilização de argumentos contextualistas utilizados por Jaggard e por mim seja uma ocorrência mais recente. Uma comparação do trabalho inicial de Jaggard (por exemplo, “Saviours and Sportmen: Surf Life Saving in Western Australia 1909-1930” [Salvadores e Esportistas: o Salvamento no Mar na Austrália Ocidental 1909-1930], *Sporting Traditions*, 1986) com seus mais recentes empreendimentos (por exemplo, “‘Tempering the Testosterone’: Women, Masculinity and Surf Life Saving in Western Australia” [Misturando a Testosterona: Mulheres, Masculinidade e Salvamento no Mar na Austrália Ocidental], *International Journal of the History of Sport*, 2001), revela uma mudança definitiva do formalismo para uma maior contextualização. Mas as categorias de explicação de White são tipos ideais, e trabalhos históricos individuais, ainda mais conjuntos de trabalhos, simplesmente não cabem em uma única e precisa categoria de

³ Para uma avaliação mais favorável, ver Berkhofer (1995, p. 135).

⁴ Comentários feitos por pareceristas anônimos também foram extremamente importantes ao me ajudar a formular minha resposta a Murray Phillips e agradeço seus esforços, que foram consideráveis.

tropo, enredo, explicação ou mesmo ideologia. Como Keith Windschuttle observa, “o historiador acadêmico atual, que escreve a partir de uma perspectiva empírica e realista, pode ser frequentemente tedioso e enfadonho, é verdade, mas é raro encontrar um que seja tão desprovido de inteligência que não consiga fazer uma ou duas observações irônicas sobre seus objetos históricos” (WINDSCHUTTLE, 1994, p. 241). Em relação aos tropos, na realidade, o próprio White reconheceu elementos de sinédoque, metonímia e ironia nos textos de “mestres do pensamento histórico do século XIX”, incluindo Jacob Burckhardt, Karl Marx e Alexis de Tocqueville, que ele analisa em *Meta-história*, assim como o clássico do século XX de E. P. Thompson, *A Formação da Classe Operária Inglesa* (WHITE, 1973, p. xi, 203, 250, 262, 281, 282, 285-286, 296, 315-316, 324-325, 377-378, 429-430; 1978, p. 15-19). Um caso similar pode ser visto com clareza em relação ao enredo. Apesar dos modos de enredo dominantes identificados por Phillips, elementos de tragédia estão infiltrados no trabalho de Jaggard (por exemplo, a narrativa do botoque), ao passo que é possível discernir elementos de romance em meu apoio (implícito) ao individualismo associado ao surfe.

Qual é a fonte de desentendimento entre Jaggard e eu? Seria o debate resultado de discrepâncias factuais ou de questões de interpretação? Ao tentar responder essa questão, é necessário repetir que o debate sobre o salvamento no mar emana de duas das principais afirmações de Jaggard: que as mulheres desempenharam um papel muito mais ativo no movimento de salvamento no mar do que os críticos admitem; e que a associação de salvamento no mar sancionou altos graus de hedonismo entre seus membros. Mas esse debate, é importante ressaltar, não se dá sobre os fatos. Jaggard e eu concordamos que a política oficial da SLSA excluía mulheres da participação ativa no salvamento no mar de finais dos anos 1920 até finais dos anos 1970. De forma semelhante, concordamos que o movimento de salvamento no mar sempre atraiu hedonistas, para o desgosto de muitos responsáveis que temiam que

hedonistas ameaçassem a *raison d'être* oficial da SLSA e em especial as geralmente tênues relações entre clubes locais e as câmaras municipais.

Tendo em vista essa concordância a respeito dos fatos, o debate emerge da interpretação de como as políticas da SLSA operaram na prática. Outro fator que compõe essa discordância quanto a interpretação é que Jaggard e eu chegamos a nossas conclusões a partir de dois conjuntos documentais diferentes: um sobre o salvamento no mar e outro sobre a praia em geral. Reconheço que o primeiro se baseia em fundações bem limitadas: talvez três obras de histórias de clubes feitas por historiadores amadores, duas histórias de clubes produzidas por um historiador profissional (BRAWLEY, 1995; 1996), uma história “oficial” incompleta e não publicada da SLSA (WINDERS, c. 1972), três histórias “não-oficiais” da SLSA (GALTON, 1984; MARGAN; FINNEY, 1970; MAXWELL, 1949), duas investigações acadêmicas sobre o comportamento e a ideologia dos adeptos do salvamento no mar (MCGREGOR, 1966; PEARSON, 1979), livros de atas de clubes, associações estaduais e do Conselho Nacional (todos os quais sofrem de um agudo silêncio arquivístico), reportagens jornalísticas esparsas, revistas especializadas sobre salvamento (todas as quais tiveram breve duração),⁵ e as memórias de membros e funcionários que ainda necessitam ser sistematicamente documentadas. Em contraste, o corpus documental relacionado à cultura de praia australiana em geral é enorme. Fontes primárias incluem debates e relatórios parlamentares, correspondência oficial entre funcionários do governo e entre políticos eleitos e seus eleitores, decisões jurídicas, casos legais e livros de direito, documentos municipais, boletins informativos comunitários, reportagens e editoriais jornalísticos, comunicados de imprensa, transcrições de entrevistas com banhistas e surfistas, cinejornais de arquivo, transmissões de rádio e televisão, filmes especializados

⁵ Por exemplo: *Australian Surf Lifesaver* (1997-1999), *Surf in Australia* (1936-1946), *Surf Sports Magazine* (2000-), e *The Surf: A Journal of Sport and Pastime* (1917-1918).

em surfe, revistas especializadas em surfe com longa duração, sítios de internet de empresas e organizações de surfe, cartazes, desenhos, panfletos, biografias, fotografias, propagandas e até mesmo pichações.

Dadas nossas respectivas confianças nos dois conjuntos de documentos distintos, não é surpreendente que Jaggard e eu cheguemos a conclusões diferentes. Na verdade, mantenho que Jaggard baseia-se principalmente em conclusões induzidas a partir do corpus documental de salvamento no mar, enquanto eu faço deduções mais a partir do de cultura de praia, mais amplo. “O Lado Obscuro do Salvamento no Mar”, por exemplo, faz referência às impressões do salvamento no mar australiano feitas pelo lendário surfista norte-americano Greg Noll em sua biografia, assim como se baseia nas teorias do sociólogo John Loy. O debate sobre a fotografia de Adrian Curlewis plantando uma bananeira em uma prancha de surfe ilustra ainda mais essa diferença. Curlewis demonstra um nível de habilidade que sugere que ele praticava o surfe regularmente, o que indica que ele gostava do passatempo. Mas não há nada no documento que indique que ele era um homem “sem freios em busca das emoções radicais do surfe”. Adeptos do salvamento no mar que praticavam o surfe nos anos entre guerras viviam em um universo diferente daquele dos surfistas no último quartel do século, cujos estilos de vida são popularmente associados com a vontade própria, um estilo de vida que, nas palavras do lendário surfista Bill Hamilton, os colocava “às margens da sociedade”:

(...) o estilo de vida surfista realmente se liga às margens da sociedade – é um estilo de vida leve e fácil, com muita liberdade individual – um tipo de liberdade quase irresponsável. [S]urfistas vivem no limite. Tomamos uma decisão (...), viver às margens da sociedade e não ser cidadãos ativos e participantes na sociedade, a não ser que assim desejemos. O ato de surfar é um esforço egoísta. É uma experiência que não tem nada a ver com nada além de você e o oceano (KAMPION, 2000, p. 79, 81).

Curlewis foi uma figura do *establishment*. Ele se formou em direito pela Universidade de Sydney, foi capitão do Clube de Salvamento de Palm Beach por cinco anos, entre 1923-1924 e 1927-1928, e foi presidente da SLSA de 1933 a 1975. Chamar Curlewis de homem sem freios é simplesmente não empregar o termo correto. Na verdade, no início dos anos 1960 o Juiz Curlewis presidiu o Comitê Consultivo de Políticas para a Juventude de New South Wales. Em seu relatório, o Comitê culpou a delinquência no que chamou de jovens “sem ligações” e “sem clubes”.⁶ A mensagem era alta e clara. Surfistas saindo de clubes de salvamento no mar e indo em “surfariis” eram um problema social, e os clubes de salvamento no mar eram os antídotos para tais doenças sociais. Resumindo, com base no conjunto de fontes mais amplo e aplicando o método comparativo ao questionamento da linguagem (nesse caso o termo “sem freio”) leva a uma interpretação completamente diferente de como as políticas da SLSA operavam na prática.

O fato de que Jaggard e eu utilizamos fontes diferentes certamente oferece uma explicação que não é menos plausível para nossas respectivas narrativas do que a teoria de White, de que historiadores criam ou imaginam a história. É claro que o fato de que eu e Jaggard empregamos fontes diferentes não invalida as conclusões de Phillips, de que o debate sobre o salvamento no mar “ilustra que o material a disposição dos historiadores oferece mais do que uma possibilidade”. A maioria dos historiadores aceita esse ponto. Jaggard se inclina a essa posição quando avisa historiadores sobre misturar a retórica conservadora oficial com um movimento que “acomodou uma variedade surpreendente de atitudes e comportamentos”. Ainda assim, isso não é o mesmo que dizer, *à la* White, que a história é inventada ou imaginada. Ao contrário, a liberdade dos historiadores para inventar a história é incrivelmente restrita.

⁶ Youth Policy Advisory Committee (Comitê Consultivo de Políticas para a Juventude), *Report 41/1962-63*. Sydney: Governo de New South Wales, 1963, p. 23-24.

Em *Australian Beach Cultures* (Culturas de Praia Australianas), me descrevo como um surfista com uma animosidade especial em relação aos salva-vidas. Ligo esses sentimentos a várias experiências vividas:

[Em Torquay, Victoria] a fraternidade de salvamento “se apropriou” da principal parte da praia para seus carnavais [ao menos uma vez por verão]. O clube local literalmente fechou a praia com uma parede de juta. Antes de entrar nesse santuário, era necessário pagar uma taxa de entrada para assistir o que era rotulado como um evento esportivo espetacular, mas que me pareceu nada mais do que um exercício regimental intercalado com alguns esportes de praia pouco empolgantes. Para mim, os salva-vidas se aproveitaram do espaço público para benefício privado. [Em Durban, África do Sul], não só cada grupo racial tinha seu território precisamente definido ao longo da (...) orla, mas o mesmo acontecia com todos os grupos recreacionais: banhistas, surfistas, pescadores e praticantes do windsurfe, todos tinham seu próprio espaço demarcado. Além disso, as “violações” eram vigorosamente policiadas, com surfistas sendo um alvo especial para os extremamente zelosos salva-vidas que nunca evitavam usar a violência para remover pela força os surfistas que ousavam invadir o espaço dos banhistas, independentemente da hora ou das condições (BOOTH, 2001, p. xx-xxi).

Mas essas evidências não me predisõem a investigar ou imaginar a história do salvamento no mar e não me impedem de achar verdades históricas sobre seus adeptos. A integridade de um historiador depende da apresentação de todas as evidências, incluindo aquelas que contradizem experiências pessoais (por exemplo, casos de heroísmo de salvamentos no mar e de performances esportivas superiores), e da avaliação cuidadosa dessas variadas evidências antes de se chegar a conclusões. Assim, as regras e os protocolos da corporação dos historiadores preservam uma forma de objetividade. Não a objetividade absoluta defendida por Geoffrey Elton em *The Practice of History* (A Prática da História) (ELTON, 1969), mas da forma qualificada defendida por Joyce Appleby, Lynn Hunt e Margaret Jacob em *Telling the Truth About History* (Contando a Verdade Sobre a História) (APPLEBY; HUNT; JACOB, 1994, p. 241-251).

Por outro lado, a objetividade qualificada reconhece que todos os historiadores começam a partir de seus interesses pessoais, atributos culturais e suposições prévias, e que

nenhum conhecimento é neutro.⁷ A objetividade qualificada também distingue que a produção de conhecimento envolve disputas entre diferentes grupos de interesse. Entretanto, ela também reconhece a existência de conjuntos estáveis de conhecimentos a serem descobertos, que a evidência histórica impõe limites definitivos nas afirmações factuais a serem feitas, e que as regras de rigor acadêmico restringem as interpretações históricas.⁸ Em relação às normas, o requerimento chave é que os historiadores devem fornecer detalhes suficientes sobre suas fontes, de modo que possam ser facilmente conferidas e verificadas por outros (CARRARD, 1992, p. 159).⁹

Concluindo, a contribuição de Phillips para o debate sobre o salvamento no mar deriva da atenção que ele destaca para a mais básica de todas as questões históricas, aquela que se encontra no cerne do trabalho de Hayden White: como os historiadores transformam o passado em história? Essa é uma questão que recebeu grande atenção na área *mainstream* da história, mas que tem sido largamente negligenciada por historiadores do esporte. No entanto, como procurei destacar em minha resposta a Phillips, a abordagem de White não implica no abandono da história empírica. Ela significa, na verdade, a necessidade de se adicionar novas formas de investigação à prática histórica. Os historiadores precisam se interessar não apenas por “como as convenções e formas literárias e retóricas moldam o discurso histórico, mas também por como essas convenções e formas restringem as representações da história, moldando assim o próprio passado como história” (BERKHOFER, 1995, p. 135).

Referências:

⁷ Isso corresponde à “explicação por implicação ideológica” de White. É interessante notar que Keith Jenkins afirma que White “minimiza o ideológico de forma inesperada”. Nas palavras de Jenkins, White “diz que historiadores utilizam *inicialmente* tropos, de forma que os tropos *prefiguram e precedem* as formas de argumento, enredo e ideologia”. Mas Jenkins argumenta que é “a forma ideológica que *predetermina* qual o tropo que será utilizado para metaforicamente [começar a entender as coisas]” (JENKINS, 1995, p. 174).

⁸ Ver também Evans (1997, p. 126).

⁹ Para uma recente afirmação sobre os limites impostos pela interpretação histórica, ver Penelope Corfield (2001, p. 159).

APPLEBY, Joyce O.; HUNT, Lynn A.; JACOB, Margaret C. *Telling the truth about History*. Nova York: Norton, 1994.

BERKHOFER, Robert. *Beyond the great story: History as text and discourse*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1995.

BOOTH, Douglas. *Australian beach cultures: the history of sun, sand and surf*. Londres: Frank Cass, 2001.

BRAWLEY, Sean. *Vigilant and victorious: a community history of the Collaroy Surf Life Saving Club 1911-1995*. Collaroy Beach, Sydney: Collaroy Surf Life Saving Club, 1995.

_____. *Beach beyond: a history of the Palm Beach Surf Club 1921-1996*. Sydney: University of New South Wales Press, 1996.

CARRARD, Phillipe. *Poetics of the New History: French historical discourse from Braudel to Chartier*. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1992.

CORFIELD, Penelope. "Review article: the state of History". *Journal of Contemporary History*, n. 36, 2001.

ELTON, Geoffrey. *The practice of History*. Londres: Fontana, 1969.

EVANS, Richard J. *In defence of History*. Londres: Granta Books, 1997.

GALTON, Barry. *Gladiators of the surf*. Sydney: Reed, 1984.

JENKINS, Keith. *On "What is History?": from Carr and Elton to Rorty and White*. Londres: Routledge, 1995.

KAMPION, Drew. "Up a lazy river with Bill Hamilton". *The Surfer's Journal*, 2000.

MARGAN, Frank; FINNEY, Ben. *A pictorial history of surfing*. Sydney: Paul Hamlyn, 1970.

MAXWELL, C. Bede. *Surf: Australians against the sea*. Sydney: Angus & Robertson, 1949.

MCGREGOR, Graig. *Profile of Australia*. Londres: Hodder & Stoughton, 1966.

PEARSON, Kent. *Surfing subcultures of Australia and New Zealand*. Brisbane: University of Queensland Press, 1979.

WHITE, Hayden V. *Metahistory: The historical imagination in nineteenth-century Europe*. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1973.

_____. *Tropics of discourse: essays in cultural criticism*. Baltimore, Maryland: The Johns Hopkins University Press, 1978.

WINDERS, Jack. *Surf Life Saving in Australia*. Manuscrito não publicado. National Council offices of the Surf Lifesaving Association of Australia, Sydney, c.1972.

WINDSCHUTTLE, Keith. *The killing of History*. Sydney: Macleay Press, 1994.